Nona reunião ordinária do CMDM.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte, às nove horas e 15 minutos, deu-se início a nona reunião ordinária do CMDM, pelo aplicativo goolgo meet, com a participação das seguinte conselheiras da sociedade civil: **Conceição Amorim, Elizabeth Dallo, Maria Luiza, Eronildes Cunha e do poder público: Thamisa Fialho, Rossana Santos e Aretusa Lopes.** A presidente do Conselho Conceição Amorim, iniciou a reunião informando sobre as ações do CMDM desde o início da pandemia do covid19, segunda quinzena de março de 2020, que nos manteve em isolamento social nos últimos 02 meses, destacou a emissão das recomendações de Nº 01 de 20 e março de 2010, que recomenda ações de garantia de direitos sociais para o enfrentamento a pandemia no geral, assim como a recomendação nº 02 de 24 de março 2020, que recomenda medidas de cuidado, prevenção e garantia de direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar por causa da pandemia da covid19. Informou também sobre proposição do CMDM para a criação do Grupo de Monitoramento da COVID19 da SMPM para acompanhar as ações voltadas para os atendidas pelos serviços de violência doméstica do município, composto por representantes do CMDM - Conceição Amorim, CRAM - Sueli Brito, Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto - Maria da Conceição – AS e SEMED - Nilcéa Martinho; A conselheira informou também sobre a confecção e divulgação dos relatórios do tele atendimento realizados pelo CRAM, assim como os da Casa Abrigo Drª Ruth Noleto que continua fazendo atendimento presencial. Também informou sobre a participação do CMDM nas reuniões on-line da REDE de enfrentamento a violência doméstica, onde o mesmo tem pautado sobre a reestruturação do atendimento da Casa Abrigo Drª Ruth e sobre a criação Centro de Atendimento ao Agressor. Em seguida foi realizada a discussão sobre o segundo ponto de pauta: saúde da mulher e morte materna no município. A Conselheira Thamisa, coordenadora do PAISM informou que no município, as unidades básicas de saúde estão funcionando e que as consultas de pré-natal estão sendo agendadas seguindo os protocolos sanitários, garantindo o atendimento individual, sem aglomeração e EPIs para as profissionais, destacou que município tem em média 1.300 gestantes realizando consultas de pré natal regularmente, a maioria estão indo as consultas. Informou também que durante os meses de abril e maio foi realizada a entrega de máscara de tecido para 850 grávidas, doadas pelo Projeto Solidariedade Feministas desenvolvidas pelo Fórum de Mulheres de Imperatriz, uma parceria importante do movimento feminista de Imperatriz com o PAISM e as enfermeiras das unidades. Pontuou que atualmente cerca de 150 gestantes do município estão recebendo a bolsa gestante do estado, havendo, um aumento de mais de 50% de beneficiarias, comparado a janeiro de 2020, quando tratamos dessa questão no CMDM deliberamos pelo encaminhamento de oficio a Regional de Saúde do Estado, solicitando informações sobre a baixa quantidade de mulheres atendidas no Programa, o oficio foi emitido no dia 27 de Janeiro e que a presente data não houve retorno. A conselheira Conceição Amorim informou que gestantes de alto risco denunciaram que as consultas de pré-natal no HRMI teriam sido suspensas, a mesma realizou contato com a Direção do Hospital que informou que as consultas estavam sendo pré- agendas e que a mesma disponibilizou número de telefone da enfermagem do acolhimento, que foi repassado para as usuárias que procuraram o CMDM para se queixar da suspensão das consultas. Em seguida a Coordenadora do PAISM informou que os dados disponibilizados pela Regional de Saúde do estado, que ela encaminhou no grupo de wathsaap do CMDM, apontam uma redução das mortes maternas, nos anos de 2017 **- 05, 2018 - 03 e 2019 - 01 morte** consideradas evitáveis pelo Comitê de Morte Materna do HRMI. Foi sugerido que esses dados possam ser sistematizados pelo CMDM numa planilha com informações dos últimos 05 anos para acompanhamento e estudos. A representante da Pastoral da criança Elisabete Dallo, ressaltou que a Pastoral da Criança também faz um trabalho de acompanhamento domiciliar das gestantes nas comunidades, levando informações e orientações sobre a importância do pré-natal e dos direitos da gestante. Entre esses direitos está o de ter a sua barriga medida para saber como está o desenvolvimento do bebê. Porém de acordo com a maioria das gestantes que acompanhamos essa informação não é passada de maneira clara pela maioria dos atendentes de saúde. A medida é feita, mas não são passadas para as gestantes informações como o percentil. Disse também que a Pastoral tem um membro no Conselho Nacional de Saúde que está atento às informações enviadas de todos os estados e municípios onde a Pastoral atua. Sobre esse ponto ficou acordado que o CMDM montará e manterá um banco de dados sobre morte materna do município assim como encaminhará via oficio solicitação de informações sobre o funcionamento, relatórios e reuniões do comitê de Morte Materna do município, por fim, pontuado sobre a importância da representante da SEMED no Conselho, Rossana Santos realizar contato com o Programa Saúde na Escolar e colher informações acerca da gravidez na adolescência no ensino fundamental do munícipio e as ações desse programa sobre essa questão. Em seguida foi tratado do acordão do TJMA que anulou a Lei Municipal que proibia debates sobre gênero, raça, educação sexual e outras temáticas transversais constante no Plano Municipal de Educação mais uma vez, foi solicitado pela Presidente do Conselho que a Conselheira da SEMED trouxesse informações sobre as ações realizadas pelas SEMED, um ano depois da aprovação do referido acordão. Por fim a reunião foi encerrada, e eu Conceição Amorim, Presidente do CMDM redigi essa ata que será lida e assinada pelas conselheiras presentes na reunião.

